



3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na Apelação Cível 0000258-45.2012.8.17.0680 (0331402-3)

Agravante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Agravado: LUIZ HENRIQUE SILVA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

ACÓRDÃO

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. DANO *IN RE IPSA*. DANO MORAL. OCORRÊNCIA.

1 – É dever da Agravante verificar a veracidade dos documentos apresentados, ainda que a falsificação não seja grosseira, haja vista o risco inerente à sua atividade econômica que desenvolve.

2 – Ainda que a atitude de um terceiro tenha sido supostamente determinante para a ocorrência do ilícito, a responsabilidade da ré configura-se pelo fato de não ter agido com a cautela e diligência necessárias.

3 – Caracterizada, portanto, a negativação indevida por débitos inexistentes e não titularizados pelo autor, a ensejar a responsabilidade civil da Agravante (dano moral *in re ipsa*). Nesta espécie de dano, é desnecessária a apresentação de provas que demonstrem a ofensa moral da pessoa.

4 – O entendimento sufragado pela decisão desafiada encontra lastro na jurisprudência dominante no âmbito do STJ, o que atrai a incidência do comando normativo encapsulado no art. 557, *caput*, do CPC.

5 – Recurso ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o Agravo Legal na Apelação nº 0331402-3, em que figuram como Agravante TELEMAR NORTE LESTE S/A e como Agravado LUIZ HENRIQUE SILVA, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em NEGAR SEGUIMENTO ao Agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, 28 - 1 - 2014


Des. Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na Apelação Cível 0000258-45.2012.8.17.0680 (0331402-3)

Agravante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Agravado: LUIZ HENRIQUE SILVA

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo legal na apelação cível (fls. 196/219), interposta pela TELEMAR NORTE LESTE S/A contra decisão monocrática oriunda desta Relatoria (fls. 191/193) que julgou a apelação manejada em desfavor da sentença (fls. 106/109) exarada pelo juízo da Vara Única da Comarca de Itai que, nos autos da denominada "Ação de Desconstituição de Débito c/c pedido de danos morais e materiais" movida por LUIZ HENRIQUE SILVA, julgou procedente o pedido contido na inicial, para condenar a agravante a indenizar a parte autora em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelos danos morais sofridos com a indevida negativação do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito. Confirmou-se a antecipação de tutela concedida liminarmente às fls. 25/27.

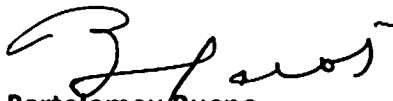
A agravante aduz em seu recurso basicamente a impossibilidade de aplicação do art. 557 do CPC ao caso em comento, bem como a desproporcionalidade do valor da indenização fixada a título de ressarcimento por danos morais.

Em sucessivo, requer a reforma da decisão atacada, de forma a julgar totalmente improcedentes os pedidos da exordial, ou, alternativamente, a diminuição do *quantum* indenizatório.

Independendo o feito de pauta, trago em mesa para apreciação e julgamento.

É relatório.

Recife, 28-1-2014


Des. Bartolomeu Bueno
Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na Apelação Cível 0000258-45.2012.8.17.0680 (0331402-3)

Agravante: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**

Agravado: **LUIZ HENRIQUE SILVA**

Relator: **Des. Bartolomeu Bueno**

VOTO

As razões recursais são incapazes de infirmar a decisão recorrida.

Como já acentuado na decisão hostilizada, a lide deriva de indevida inscrição em cadastro de proteção ao crédito (fl. 19) do nome do Agravado, que jamais assinou o contrato de fornecimento de energia elétrica de nº 001317126014, ensejador do suposto débito com a Agravante.

Nesse sentido, convém ressaltar que, se a recorrente defende que a avença supostamente entabulada entre ela e o recorrido efetivamente existiu e foi devidamente formalizada, cumpriria a ela acostar aos autos documentos comprobatórios do negócio jurídico (art. 396 do CPC).

É dever da agravante verificar a veracidade dos documentos apresentados, ainda que a falsificação não seja grosseira, haja vista o risco inerente à sua atividade econômica que desenvolve. Não se pode olvidar que o fortuito interno, entendido como o acontecimento que está diretamente ligado à atividade desenvolvida, não elide a responsabilidade do prestador de serviço¹. Ainda que a atitude de um terceiro tenha sido supostamente determinante para a ocorrência do ilícito, a responsabilidade da ré configura-se pelo fato de não ter agido com a cautela e diligência necessária. Desta maneira, inexistente qualquer excludente de responsabilidade que possa beneficiar o agente causador do dano.

Nesse sentido, veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO. FRAUDE. EMPRESA

¹ 3. Na relação de consumo, existindo caso fortuito interno, ocorrido no momento da realização do serviço, como na hipótese em apreço, permanece a responsabilidade do fornecedor, pois, tendo o fato relação com os próprios riscos da atividade, não ocorre o rompimento do nexo causal. (...)

(REsp 762075/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 29/06/2009)



DE TELEFONIA. RESPONSABILIDADE. CABIMENTO. REVISÃO DO VALOR. JUROS DE MORA. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA.

1. A tese defendida no recurso especial demanda o reexame do conjunto fático e probatório dos autos, vedado pelo enunciado 7 da Súmula do STJ.

2. É cabível a responsabilização da empresa de telefonia por inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito quando a contratação do serviço ocorreu mediante fraude.

(...)

(AgRg no AREsp 367.875/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 28/03/2014)

Fica caracterizada, portanto, a negativação indevida por débitos inexistentes e não titularizados pelo autor. Tal conduta enseja a responsabilidade civil da agravante (dano moral *in re ipsa*). Nesta espécie de dano, é desnecessária a apresentação de provas que demonstrem a ofensa moral da pessoa. O próprio fato já configura o dano, sendo despicienda, pois, a prova da culpa ou do efetivo dano.

É a mansa e pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SERVIÇO DE TELEFONIA - INSCRIÇÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL - QUANTUM FIXADO EM R\$ 10.000,00 - RAZOABILIDADE - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.

1.- "Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura *in re ipsa*, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica." (REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008).

(...)

(AgRg no AREsp 340.669/PE, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 10/10/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTE. DANO MORAL PRESUMIDO. IN RE IPSA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.



1. A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento uniforme no sentido de que a inscrição/manutenção indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplente enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do ato ilícito, cujos resultados são presumidos.

2. A quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) não se mostra exorbitante, o que afasta a necessidade de intervenção desta Corte Superior. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Os juros de mora são devidos a partir do evento danoso, conforme enunciado da Súmula 54/STJ.

4. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 346.089/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 03/09/2013)

É de comum sabença que o cadastramento nos órgãos de proteção ao crédito, quando efetuado de forma indevida, causa abalo à personalidade do indivíduo, eis que o registro negativo torna-se público e os dados ficam acessíveis a qualquer fornecedor de bens e serviços, acarretando transtornos e prejuízos à imagem da pessoa perante não só o mercado consumidor, mas também a sociedade como um todo.

No caso enfocado nos autos, o abalo psíquico queda-se ainda mais luminoso, pois o autor foi informado acerca de sua situação creditícia desabonadora quando tentava abrir uma conta bancária.

Deveras, se a conduta e o nexo de causalidade estão devidamente comprovados por intermédio do documento de fl. 19, e o dano advém do simples fato da coisa (*in re ipsa*), a responsabilização da agravante é medida que se impõe.

Reconhecida a responsabilidade da TELEMAR, passo ao exame do montante indenizatório.

Considerando-se a gravidade do dano sofrido pelo Autor; as condições econômicas do ofensor; as circunstâncias em que em ocorreram os danos; o princípio de que a sanção deve ter muito mais um caráter pedagógico para evitar potenciais ofensas a terceiros do que remunerar o ofendido pela ofensa sofrida; o princípio de que a indenização não deve propiciar um enriquecimento sem causa ao ofendido; os princípios da proporcionalidade e da

BT



razoabilidade, cuido que o valor da indenização arbitrado merece ser mantido em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Convém destacar, nesse contexto, que o valor indenizatório fixado na primeira instância, e aqui chancelado, encontra eco na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. RAZOABILIDADE DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral deduzido em desfavor da agravante, haja vista a inscrição indevida do nome da agravada nos cadastros de proteção ao crédito.

2. A orientação pacificada no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso.

3. Esta Corte firmou entendimento de que, em casos de indenização por danos morais, decorrentes de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, é razoável a condenação em até 50 (cinquenta) salários mínimos (da época do evento).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 333.738/PA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 11/12/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. RAZOABILIDADE DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral deduzido em desfavor do agravante, haja vista a inscrição indevida do nome da agravada nos cadastros de proteção ao crédito.

2. A orientação pacificada no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais



pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso.

3. Esta Corte firmou entendimento de que, em casos de indenização por danos morais, decorrentes de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, é razoável a condenação em até 50 (cinquenta) salários mínimos (da época do evento).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 310.148/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 11/12/2013)

Como se vê, ao contrário do que tenta fazer crer a agravante, o entendimento sufragado pela decisão desafiada encontra lastro na jurisprudência dominante no âmbito do STJ, o que atrai a incidência do comando normativo encapsulado no art. 557, caput, do CPC.

Ademais, o valor indenizatório encontra-se, igualmente, em sintonia com a orientação jurisprudencial abraçada pelo Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual se impõe a preservação de tal valor. Saliente-se, nesse ponto, que, diversamente do que fez a recorrente, colacionando em seu recurso julgados do STJ dos idos de 2005 a 2007, o ato decisório presentemente guerreado louvou-se de precedentes atualizados acerca do tema em foco (lavrados em 2013), aptos, portanto, a espelhar com mais fidelidade o corrente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça com relação à matéria objeto da controvérsia.

À luz de tais considerações, voto no sentido de negar seguimento ao recurso.

Recife, 28-1-2014


Des. Bartolomeu Bueno
Relator